



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 7 • nº 7 • 29/05 a 11/06/10 • ISSN1809-6182

Texto Informativo

02/06/2010 - A instabilidade na Somália e a ineficácia das intervenções internacionaisp.01

O sentimento nacionalista que permeou os recém formados Estados africanos na década de 1960 não veio acompanhado pela consolidação de governos estáveis. O caso do colapso da Somália ilustra um dos dilemas enfrentados com a existência de grupos armados, e as dificuldades das organizações internacionais em conter as violações aos direitos humanos.

Resenha

02/06/2010 - Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21p.07

Esta resenha busca apresentar uma análise da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o conteúdo da Agenda 21. Serão abordados os objetivos e os dilemas das nações para que consigam alcançar um desenvolvimento equilibrado, levando em consideração o meio ambiente e a sociedade.

Análise

02/06/2010 - Criação de 1600 casas em Jerusalém oriental gera tensão nas relações entre Estadosp.11

Israel anuncia construção de 1,6 mil casas na colônia judia de Ramat Shlomo, em Jerusalém Oriental. A decisão foi feita durante a visita do vice-presidente estadunidense Joe Biden a Israel, que foi ao país para conversar sobre acordos de paz respaldados pelos Estados Unidos. O anúncio foi alvo de críticas e motivo de discordância entre israelenses, americanos e palestinos.

A instabilidade na Somália e a ineficácia das intervenções internacionais

Texto Informativo
Segurança
Marina Scotelaro de Castro
02 de Junho de 2010

O sentimento nacionalista que permeou os recém formados Estados africanos na década de 1960 não veio acompanhado pela consolidação de governos estáveis. O caso do colapso da Somália ilustra um dos dilemas enfrentados com a existência de grupos armados, e as dificuldades das organizações internacionais em conter as violações aos direitos humanos.

Pode-se dizer que os problemas os quais assolam a Somália atualmente são conseqüências de uma grave crise iniciada com os dilemas que se seguiram à independência do país em 1960. Parece contraditória a constatação de que a Somália é um dos países mais homogêneos do mundo (sua população compartilha a mesma língua, mesma religião, mesma cultura e são de uma mesma etnia), enquanto existem tantas guerras localizadas entre diversas comunidades. O que explica este fato é a existência de um grande número de clãs e várias subdivisões dentro dos mesmos, que tem levado a instabilidade no país gerada por contendas que se arrastam há quase 50 anos.

É importante ressaltar que todas as divisões entre esses clãs – e as sucessivas alianças formadas entre eles e depois dissolvidas ao longo da história – foram baseadas em um sentimento de grupo muito forte. Esse fator, conjugado com o papel que o Estado teve durante a Guerra Fria¹, ajudou na polarização ideológica dos grupos.

¹ Quando serviu de base de influência das duas potências devido a sua localização privilegiada que liga a parte oriental da África ao continente asiático.

Contudo, entender a situação crítica na qual se configura hoje o território somali por uma perspectiva monocausal – ou seja, entendendo-a a partir de uma única causa – dificilmente levará a considerações corretas acerca da mesma. As ações internacionais na Somália fracassaram ao adotar esse tipo de análise; ao tentar resolver os impasses entre os clãs envolvidos, esqueceram-se de analisar estritamente o poder relativo dos mesmos frente ao restante da população civil do país. Este pode ter sido o principal erro da participação de atores externos que se engajaram na causa somali.

História conturbada

Desde a Conferência de Berlim, no último quaternário do século XIX, até sua independência anos depois do término da Segunda Guerra Mundial, a Somália fora um protetorado dividido por italianos (centro-sul), ingleses e franceses (norte). A diferença do modo de organização – lógica descentralizada no norte, e artificial, voltada para o ambiente internacional, no sul – ajudou a polarizar e definir os anseios dos clãs existentes nessas localidades, que mais tarde se concretizaria no esforço empreendido

pelos mesmos na luta de seus objetivos.

O governo da Somália fora centralizado desde a independência e se manteve dessa forma durante o governo ditatorial do General Siad Barre (que assume o comando do país após o assassinato do antigo presidente, Ali Shermaarke, no final da década de 1960) até 1991 quando a ‘revolução somaliana’ derruba a estabilidade da administração estatal. Os “senhores da guerra” (líderes de clãs que organizavam movimentos cujo objetivo se resumia a conquistas territoriais e políticas no sistema nacional) tomam conta, desde então, de um Estado totalmente fragmentado, sem leis e sem governo.

A deposição do presidente ditador que durante duas décadas se manteve no poder por meio de ajuda externa e corrupção inaugurou o colapso definitivo do Estado somali. Grupos politicamente organizados lutam no sul do país pelo controle da capital, Mogadíscio, no vácuo de poder deixado pelo presidente, de forma desorganizada e de beneficiamento aos grupos que chegassem ao poder central.

Outra consequência dessa revolução foi a guerra de secessão estabelecida por um clã dominante no norte da Somália para autodeterminação de cinco das dezoito províncias que constituíam o território. Forma-se então a chamada República da Somalilândia, proclamada independente ainda em 1991 (apesar de ter pouco ou quase nenhum reconhecimento internacional – ainda que tenham sido feitas tentativas para tanto).

Para lidar com problemas dessa natureza, a partir deste ano, todos os governos da Somália passarão a ser organizados por uma junta denominada como Governo Federal Temporário (TFG), com intuito de solicitar ajuda externa para alcançar a reestruturação interina do governo somali. De modo geral, fica clara a instabilidade governamental da Somália, que desde sua independência passou longe da

necessidade de uma organização voltada para fins sociais: os grupos políticos dominantes representados pelos clãs mais fortes só buscavam seu beneficiamento ao lançar mão das estruturas administrativas de um Estado incipiente e corrupto.

E foi neste momento que ocorreu uma aproximação mais estreita com organizações árabes, determinantes para o ressurgimento da cultura islâmica na região do chifre da África. Essa rede de princípios era uma alternativa mais atraente aos diferentes clãs espalhados pelo território somali, na medida em que ofereciam serviços de bem estar público e privado sem a necessidade de um governo centralizado, o que dificultava a restituição da autoridade estatal na Somália. Assim feito, vários líderes a incorporaram formando a União de Tribunais Islâmicos (UIC) com novas milícias presentes na capital, Mogadíscio.

A instabilidade da Somália que a torna território fértil ao aparecimento de novos grupos extremistas; a grande desordem nacional que, por várias vezes impede o abastecimento de suas regiões; a inexistência de um governo central e responsável pelas dinâmicas de um Estado consolidado; são todos fatores que levaram o país a ser classificado como um *quase-Estado*². A aplicabilidade do termo à situação vivida na Somália se deve ao fato de que, ainda que seja considerado um Estado soberano juridicamente, o poder governamental somali não tem legitimidade e/ou vontade política para exercer sua autoridade, gradativamente se afastando da noção de Estado nas Relações Internacionais³.

² O autor que desenvolve a teoria é Robert Jackson, em sua obra de *Quasi-States*.

³ O Estado pode ser definido em termos weberianos, como aquele território demarcado por fronteiras que delimitam uma população e onde se concentram o poder do uso legítimo da força em torno de uma autoridade central. Outras vertentes, mais sociológicas, definem o Estado como aquele ente que é responsável por

O colapso da Somália foi se concretizando ao longo de sua história como Estado independente graças à paralisação das funções do mesmo para/com sua sociedade. A ordem e as leis não eram mais garantidas, o que levou consequentemente, ao desamparo de sua população, que definhava por atos de violência da guerra civil e também por inanição.

Intervenções Internacionais

A anarquia, a violência e a corrupção instauradas pela emergência da Guerra Civil somali chamaram a atenção internacional para as condições de fome extrema, desnutrição, doenças e violência em que metade da população somali (em torno de 2,3 milhões de pessoas em 1991) estava sujeita. A partir de então, várias foram as tentativas de ajuda humanitária por meio de missões de paz⁴.

A primeira Operação da ONU na Somália, UNOSOM I, ocorreu em 1992 e tinha como objetivo promover, facilitar e auxiliar a segurança humanitária no país bem como monitorar o primeiro cessar-fogo rompido desde o início da Guerra Civil. Entretanto, vários foram os fatores que a tornaram falha: (1) o cessar-fogo não foi respeitado, devido à dificuldade do governo em conter os senhores da guerra; (2) um número significativo da tropa destinada à missão não foi mandada; (3) as facções continuaram se expandindo, dificultando cada vez mais a distribuição de suprimentos alimentares que deveriam percorrer o Estado para chegar aos seus destinos; (4) as ajudas que chegavam eram

prover o bem-estar de sua população. Os Estados falidos não contêm nenhum dos elementos descritos em ambas as vertentes acima, o que define seu estado como “não-Estado”.

⁴ Ações realizadas por um grupo de enviados especiais de organizações internacionais como a ONU para auxiliar os países em conflito a criar condições para sustentar condições de paz.

abatidas e ou submetidas às pressões dos movimentos rebeldes. O principal problema dessa operação foi dispor de poucos recursos físicos e militares para complementar sua característica puramente diplomática. Esta última foi pouco impactante sobre o poder material dos líderes das milícias dos clãs dominantes no país.

Dado o fracasso da UNOSOM I, a missão é paralisada e entra em voga uma nova alternativa transitória. A próxima ação partiu de uma iniciativa unilateral dos Estados Unidos, no fim de 1992, que tinha como função instalar uma força multinacional que se responsabilizaria por assegurar o funcionamento das operações de ajuda humanitária. A *United Task Force* (UNITAF) poderia lançar mão de “todos os recursos necessários” para que fosse efetiva (princípio de concordância com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas⁵ – leia-se *uso da força*), e de fato assim foi considerada⁶. Ainda que possuísse recursos para sua implementação, essa ação estadunidense de ajuda (ou de projeção do seu poder com o fim da União Soviética) foi minada pela união que os clãs somalianos se dispuseram a formar contra intervenções nas questões internas. A falta de articulação política na ação dessa força tarefa foi a abertura para ação dos clãs contra a mesma.

Não é a primeira vez na história que os clãs se unem contra um suposto “inimigo

⁵ Capítulo VII: Ação em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e ato de agressão. Fonte: <http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/charter/chapter7.htm>

⁶ Essa intervenção humanitária foi considerada um marco dentro do escopo de ações desse tipo. A opinião pública internacional passou a fazer parte da tomada de decisão para sua implementação, afastando-se da tradicional visão maniqueísta estatal de se ligar apenas a questões que ameaçassem a paz e a segurança entre Estados. A partir de então, os direitos humanos e humanitários passam a ser a motivação legítima das intervenções internacionais.

comum”. Este foi o mesmo procedimento para a independência e para a derrubada de Siad Barre do poder da Somália. Mas quando retomam o poder, os clãs e suas respectivas milícias entram num espiral de confrontos que leva à desestabilização do poder central do Estado.

Nesse mesmo período, as negociações entre as facções foram retomadas, e mesmo não produzindo grandes resultados, abriu uma porta para o fim da Guerra Civil. A ineficácia de tais negociações foi a grande interferência da ONU nesse processo. Culturalmente, a Somália já possuía um instrumento de resolução de conflitos – a *shir* – que seriam conferências realizadas internamente entre os grupos para reconciliação. Essas conferências são valorizadas pelos próprios líderes dos clãs envolvidos⁷, e a ONU desvalorizou este esforço e despendeu recursos em tentativas de mediação frustrada.

A fim de recuperar o controle “imparcial”, o qual deve ser predominante em ações humanitárias, instaura-se a UNOSOM II, em 1993, para retomada dos trabalhos sob os cuidados da ONU, agora voltados para a reconstrução econômica, política e social do país, por meio da redemocratização do Estado. Em alguma medida, inicialmente estabeleceu-se um período de paz na capital do país; entretanto, ainda que alguns grupos estivessem dispostos a dar um passo positivo para a legalização multipartidária na Somália, outros extremistas ainda usavam do poder de fogo para conseguir vitórias nas negociações. Tal situação deteriorou a possibilidade de acordo e as tensões voltaram a aumentar, com o retorno de ações milicianas.

A opinião pública nos Estados Unidos influenciou o Presidente Clinton para

retirar as suas tropas que compunham a UNOSOM II depois dos conflitos em Mogadíscio, resultantes da incapacidade da missão em desarmar os senhores da guerra. Dessa forma, após a retirada das tropas dos outros países que faziam parte da missão (Bélgica, França e Itália), em 1995, a ONU declarou oficialmente o fim da terceira tentativa de estabelecer a ordem no Estado da Somália.

O século XXI

Várias tentativas foram feitas em busca de acordos entre os grupos beligerantes, tentando promover o desarmamento, o cessar-fogo e a instauração de um novo governo permanente. Acordos desse tipo também previam a unificação do território, com a re-anexação da Somalilândia. Contudo, sempre eram adiados os encontros de negociação e quando algum resultado era produzido, alguns líderes simplesmente o ignoravam.

O estabelecimento do governo de Salat Hassan, em 2000, também não foi o suficiente para manter em ordem a organização política da Somália. A Guerra Civil foi intensificada em 2006 a partir do envolvimento da Etiópia com o TFG, com o intuito de diminuir o combate com as milícias da UIC. Apesar de uma notável vitória das tropas governistas, ainda havia um vácuo de poder no Estado Somaliano, dando espaço para o retorno dos clãs islâmicos que foram afastados.

Mais uma ação de *peacekeeping* é implementada dessa vez sob os cuidados da Autoridade Intergovernamental em Desenvolvimento (INGASOM), em 2006, para proteger e treinar futuras missões para reestruturar o território e acabar definitivamente com a Guerra Civil. Em 2007, essa iniciativa foi substituída pela AMISON, primeira missão de *peacekeeping* regional promovida pela União Africana, com o objetivo de prover estrutura para o governo transitório, implementar um

⁷ Prova disso foi a realização de uma *shir* em prol do reconhecimento interno da Somalilândia, que obteve legitimidade entre os clãs engajados na causa e os clãs do sul.

plano de segurança nacional, bem como criar um ambiente seguro para a entrega de recursos para ajuda humanitária.

Os manifestantes da UIC consideraram os agentes da missão como inimigos e começaram a proferir ataques sobre as bases estabelecidas pela missão; mais uma reunião para reconciliação entre as partes foi bombardeada por uma série de ataques de morteiros. Com intervenção da ONU, ocorreu outra rodada de negociações entre o TFG e uma facção predominante em 2008 – Aliança para Re-Libertação da Somália, ARS – para a tentativa de um novo cessar-fogo, sem nenhum resultado.

Com mais um encerramento das operações propostas – o fim da AMISON em fevereiro de 2009 –, as mortes têm sido cada vez mais aleatórias, ameaçam a todos, independente se são envolvidos ou não com os clãs combatentes, como, por exemplo, a mídia internacional e organizações de ajuda humanitária autônomas. Mesmo que o governo atual de Shabab consiga diminuir o poder das milícias e controlar a desordem interna, ainda assim sofrerá problemas com a estruturação do governo, visto que sua administração não atrai tantos adeptos.

Recentemente, os Estados Unidos enviaram uma série de armamentos para o atual governo da Somália, sob o argumento de reforçar a segurança para que o Estado conseguisse fazer suas reformas políticas necessárias. Entretanto, a retaliação por parte dos outros movimentos dos clãs rebeldes foi imediata. Enquanto as ajudas chegam em forma de força militar e recursos financeiros para o incremento da violência física, mais 1,5 milhão de deslocados internos somalis vagam pelas regiões do país sem a menor condição de sobrevivência já que nem podem contar com o auxílio vindo das ajudas humanitárias internacionais.

Considerações finais

Todas as ações internacionais de ajuda

humanitária viabilizadas por intervenções de paz no território somali se depararam com uma sociedade internamente polarizada entre grupos radicais bem organizados, que constantemente se posicionaram contra tais interferências. Ainda que estes grupos tenham interesses políticos conflitantes, a possibilidade de ocorrer interferência por parte de outros países nas dinâmicas presentes no território somali tem sido um fator considerável para articulação desses grupos radicais, o que colabora para a ineficácia das operações de paz devido a sua falta de legitimidade para a sociedade civil militarizada.

Estas interferências externas realizadas em nome de organizações internacionais ou por iniciativas unilaterais de determinados Estados são legítimas até o ponto em que se consideraram ações necessárias para o restabelecimento da paz na Somália. Entretanto, ações de negociação foram feitas de formas alheias a própria sociedade civil não militarizada e marginalizada, levando em conta somente a articulação com os chefes locais, senhores da guerra, líderes dos clãs.

A existência de um grande número de clãs, militarmente organizados, é um dos fatores que corroboram a teoria dos Estados falidos (ou quase-Estados) na medida em que a disputa de poder político, no caso da Somália, se transformou numa guerra civil desenfreada.

O financiamento externo não era somente endereçado à ajuda para soerguimento das instituições nacionais; diversas vezes os membros das operações de paz se viram forçados a subornar as próprias milícias para abrir passagem para o transporte de alimentos para a população desamparada. Milícias separatistas e corruptas existentes ao longo da história de vários países do continente africano exercem seu poder para impedir o transporte de ajuda humanitária como moeda de barganha para conseguir

recursos que financiem suas atividades militares.

Ainda que seja primordial fornecer um auxílio direto à população somali subjugada a esses embates destruidores, enquanto a estrutura organizacional do Estado somali não for restaurada, as ajudas internacionais despendidas serão gastas em vão.

As operações realizadas na Somália não atingiram seus objetivos principais, mas levantaram situações que clarificaram o entendimento do quadro crítico que assola o país até os dias de hoje: a força que os clãs adquiriam ao longo do desenvolvimento da história do país aumentou a inabilidade internacional para lidar com os problemas somalis que hoje transbordam as fronteiras jurídicas do Estado, com grande perturbação para seus vizinhos com um número crescente de refugiados.

No ponto em que se encontra o controle político administrativo da Somália nos dias atuais, é difícil prever com certo grau de certeza um futuro positivo que vise sua reintegração. Enquanto os grupos rebeldes organizados forem tratados como reais atores da reconstrução do Estado somali, estes continuarão a se aproveitar de seu status para articular seus interesses particulares. Neste caso, a institucionalização do poder para os clãs tem sido falha visto que, historicamente, aqueles capazes de serem inseridos no ambiente político demonstraram práticas ilegais de ação.

A valorização da sociedade civil não militarizada deve transpor sua caracterização como objeto de auxílio passando também a configurar-se como ator atuante e indispensável na reconstrução do Estado somali. Esgotados todos os meios de pacificação e reestruturação do país, enquanto os tomadores de decisão não encararem essa abordagem como indissociável da resolução do conflito somali dificilmente existirão avanços na região.

Referência

Foreign Police

<http://www.foreignpolicy.com>

Foreign Affairs

<http://www.foreignaffairs.com>

Central Intelligence Agency

<https://www.cia.gov>

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org>

BBC

http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/country_profiles/1072592.stm

Palavras-chave: Somália, instabilidade, clãs, intervenção, ajuda humanitária.

Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21

Resenha
Desenvolvimento
Raíssa Daher
02 de Junho de 2010

Esta resenha busca apresentar uma análise da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o conteúdo da Agenda 21. Serão abordados os objetivos e os dilemas das nações para que consigam alcançar um desenvolvimento equilibrado, levando em consideração o meio ambiente e a sociedade.

José Carlos Barbieri em seu livro “Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias e Mudanças da Agenda 21” aborda as principais temáticas acerca da promoção de um desenvolvimento sustentável dos países. Assim o autor realiza um histórico das Conferências Internacionais sobre meio ambiente e analisa um dos principais documentos produzidos nestas conferências: a Agenda 21.

Os problemas ambientais advindos do crescimento e desenvolvimento geraram preocupações distintas em diversos agentes, governos, indivíduos e organizações internacionais. Após a II Guerra Mundial ocorreu um surto de desenvolvimento acelerado tanto nos países desenvolvidos quanto nos países periféricos. Esse crescimento agravou problemas ambientais fazendo com que ultrapassassem fronteiras e dessa forma escapassem das ações e das políticas dos governos locais.

Tardiamente a degradação ambiental foi percebida como um problema global, que atinge a todos e é consequência dos modelos desenvolvimentistas praticados nos Estados. Era necessário novos meios de intervenção para atingir o espaço internacional.

Conferência das Nações Unidas sobre o

Meio Ambiente Humano

Em 1972 foi realizada em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Essa conferência auxiliou a consolidar bases de uma nova percepção da relação entre o ambiente e o desenvolvimento.

Neste momento foi proposta uma nova forma de desenvolvimento nomeado de ecodesenvolvimento (depois foi denominado de desenvolvimento sustentável). O desenvolvimento sustentável consiste em um desenvolvimento econômico que não comprometa as necessidades de gerações futuras, ou seja, o não esgotamento de recursos para o futuro.

Cúpula da Terra - 1992

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro teve como resultado a aprovação de declarações de princípios, de diversos documentos e a aprovação da Agenda 21.

Esta conferência deu início a um novo ciclo de negociações sobre desenvolvimento e meio ambiente na esfera da ONU (podem ser destacadas conferências sobre direitos humanos, sobre desenvolvimento social, mudanças climáticas, etc.).

Em 2002 foi realizada a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, o objetivo era colocar em prática as propostas da Agenda 21. Alguns dos temas principais abordados foram: saúde e meio ambiente, energia, biodiversidade e gestão de ecossistemas, agricultura, erradicação da pobreza, produção e consumo sustentável.

Convenção sobre Mudanças Climáticas

Segundo Barbieri (2009), um dos problemas mundiais mais agravantes é a mudança do clima decorrente da concentração de “gases de estufa” na atmosfera. O objetivo dessa convenção é a criação de políticas que visem à diminuição e a contenção da emissão desses gases.

As nações desenvolvidas têm um importante papel no combate ao efeito estufa. Porém uma das principais críticas realizadas por ONGs durante a Conferência é a ausência de metas e compromissos eficazes para diminuir a emissão de gases. Com a aprovação do Protocolo de Quioto, os mecanismos para que os países desenvolvidos cumprissem suas metas se tornou mais flexível. Mesmo que os países subdesenvolvidos não detivessem a obrigação de assumir novas metas em relação às reduções de emissões, estes deveriam progredir na implementação desses compromissos.

Convenção sobre Diversidade Biológica

A preservação da diversidade biológica e a justa distribuição dos benefícios produzidos pela utilização dos recursos genéticos são os principais objetivos desta convenção. A biodiversidade é uma importante situação que coloca em pauta o nítido interesse entre os países ricos do Norte e os outros.

A Agenda 21 aborda, ao mesmo tempo, algumas recomendações sobre a biodiversidade. Como por exemplo: a conservação e uso de recursos genéticos para a produção de alimentos, o manejo

correto da biotecnologia, etc.

A Agenda 21

De acordo com Barbieri (2009), a Agenda 21 pode ser analisada como um plano de ação que objetiva o desenvolvimento sustentável. Este plano é a junção de diversos documentos, tratados e protocolos que foram elaborados na esfera da ONU durante décadas.

A Agenda 21 é um extenso documento, dividido em quatro sessões. A primeira sessão aborda as extensões sociais do desenvolvimento sustentável, por exemplo: a cooperação internacional, o padrão de consumo, saúde, etc. Já a segunda parte aborda dimensões ambientais, como questões relativas aos oceanos, a atmosfera, biodiversidade, etc. A terceira sessão faz um estudo sobre os grupos sociais (mulheres, jovens, populações indígenas, ONGs, etc.). A última sessão aborda os mecanismos de implantação do programas e das atividades sugeridas nas sessões anteriores, como por exemplo, as questões relativas à educação, recursos financeiros, transferência de tecnologia, etc.

É válido ressaltar que a Agenda 21 não é um documento obrigatório para os Estados, e sim uma espécie de manual para guiar os países ao desenvolvimento de um novo tipo de sociedade. Ou seja, a implementação dessas ações depende da ação dos governantes e da mobilização da sociedade. Para a aplicação dessas ações é necessário dividir a Agenda 21 em agendas regionais, nacionais e locais.

De acordo com Barbieri o Brasil ainda não possui uma agenda própria. “A agenda 21 brasileira ainda não decolou, no sentido que ainda não ganhou destaque na imprensa, nas ruas e sequer na comunidade científica e tecnológica amplamente considerada... não se poderia esperar outra coisa, pois não se observa um comprometimento forte por parte dos sucessivos governos em levar avante os projetos de desenvolvimento sustentável”

(Barbieri, 2009, p.62).

Dessa forma, pode ser analisado que as propostas da Agenda 21 estão distantes de serem efetivadas por muitos países (considerados como atores estratégicos para a formação de agendas regionais). As agendas regionais são importantes para a elaboração de estudos que visem o crescimento sustentável dos países de determinada região levando-se em consideração as especificidades físicas, política e econômica do local.

Em alguns momentos a Agenda 21 adota um caráter cauteloso e por muitos, considerado dúbio. Como por exemplo, na situação da dívida externa dos países em desenvolvimento, já que a Agenda recomenda condições mais favoráveis para os Estados mais endividados e ao mesmo tempo exalta os países pobres que estão pagando suas dívidas. A agenda também não demonstra uma posição incerta em relação à situação da propriedade intelectual na área de biotecnologia.

Assim muitos Estados questionam se o tratamento cauteloso ou ambíguo em determinadas temáticas favorece alguns atores em relação a outros.

De acordo com Viola (2009), a divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na discussão de questões climáticas, atualmente não existe. Pois muitos países adotam posturas diferenciadas relacionadas ao tema de discussão. Como exemplo, o autor cita o Brasil que possui um posicionamento duplo nas discussões, já que se encontra no campo reformista (juntamente com União Européia, Japão, Coréia do Sul e México) em relação às metas para a redução de emissões de gases. E ao mesmo tempo se encontra no campo conservador, pois necessita manter sua aliança com China, Índia e África do Sul.

Considerações Finais

Após uma extensa análise das

convenções realizadas para prover o desenvolvimento sustentável, pode-se observar que muitos dos aspectos propostos pela Agenda 21 e pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente não foram colocados em prática. Existe uma apatia dos governos para a ratificação e implementação dessas propostas em seus países.

Barbieri (2009) ainda adiciona que a Agenda 21 se encontra incompleta. E cita como exemplo o tema da proibição da produção de armas nucleares e da realização de testes relacionados a elas, temas não abordados na Agenda e reivindicados intensamente pelas ONGs.

O autor expõe seus argumentos baseados em documentos das conferências e dados oficiais acerca do desenvolvimento econômico dos países. Assim ele justifica que as ações dos Estados para a promoção de uma nova forma de desenvolvimento irá depender dos seus ganhos ao implementar as políticas propostas pela Agenda 21. O livro condiz com o que é proposto, ou seja, explicita ao leitor os problemas na construção da Agenda 21 e a sua grande importância para o desenvolvimento sustentável dos Estados.

Entretanto, pode ser observado que, mesmo com algumas lacunas em seu projeto, a Agenda 21 é considerada um documento capaz de ser compreendido e ser aplicado nas esferas locais sem perder a sua dimensão global. A Agenda conseguiu colocar em pauta em termos internacionais a importância do poder local, o papel das ONGs e a disseminação de uma visão pluralista em relação aos meios, aos recursos e à tecnologia. Ou seja, os Estados não são considerados como atores únicos a influenciarem no sistema internacional, já que a participação de organizações e da própria sociedade civil é um importante instrumento para que os objetivos propostos a um desenvolvimento coordenado e sustentável ocorram.

Referências

Livro:

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis. Ed. Vozes. 2009.

VIOLA, Eduardo. Impasses e perspectivas da negociação climática global e mudanças na posição brasileira, 2009 - 2010. UnB. 2009.

Site:

WWF

http://www.wwf.org.br/informacoes/qu esto es_ambientais/desenvolvimento_sust entavel/

Palavras-chave: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Agenda 21, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

Criação de 1600 casas em Jerusalém oriental gera tensão nas relações entre Estados

Análise
Segurança
Victor Eduardo da Motta Nunes
02 de Junho de 2010

Israel anuncia construção de 1,6 mil casas na colônia judia de Ramat Shlomo, em Jerusalém Oriental. A decisão foi feita durante a visita do vice-presidente estadunidense Joe Biden a Israel, que foi ao país para conversar sobre acordos de paz respaldados pelos Estados Unidos. O anúncio foi alvo de críticas e motivo de discordância entre israelenses, americanos e palestinos.

Nos últimos meses, Israel tem complicado sua relação pacífica com os Estados Unidos por uma decisão anunciada no começo do mês de março de 2010. A construção de 1600 casas em Jerusalém Oriental está sendo vista como uma invasão ao território palestino e que pode acentuar os conflitos já existentes no local entre Israel e Palestina. Os EUA se colocam contra a construção das casas com um discurso de manter o *status quo* no local, para que seu papel de mediador dos acordos de paz, naquela região, não seja comprometido.

Mediante a pressão inicial contra a construção, Israel justificou¹ que as obras eram necessárias pelo fato de que as famílias israelenses ortodoxas, que atualmente moram na região, possuem em média seis filhos. Disse que seriam necessárias casas maiores para que essas famílias pudessem ter mais espaço para viver. Mas logo seu discurso é mudado, alegando possuir aquela terra, e ter direito de construir na região. Tal postura incomodou alguns líderes de Estados que se posicionaram sobre o assunto.

A dimensão do problema se estendeu até o governo do Irã, que no dia 25 de março

pediu à comunidade internacional, através de sua televisão estatal, que punisse Israel pelos assentamentos. Ramin Mehmanparast, ministro das relações exteriores do Irã, criticou Benjamin Netanyahu, primeiro ministro de Israel, dizendo que essa era a demonstração da “natureza invasora dos líderes sionistas e de sua personalidade agressiva” (Mehmanparast, 2010, disponível em <http://noticias.uol.com.br/>, acesso em 20/05/2010). Ademais, alegou que o ato era um “terrorismo de Estado”², e que este seria um pretexto para “demolir santuários islâmicos”, e ainda, que “o mundo deve entender isso como um alarme” (Mehmanparast, 2010).

O cerne da questão está no local a ser ampliado devido à construção das casas – a leste e a sul da colônia de Ramat Shlomo. A área tange a fronteira de moradias israelitas e palestinas, e estes querem aquela área como capital de seu futuro Estado. No entanto, a construção não se restringe somente à área da colônia. O crescente número de construções de Israel se dá pelos quatro cantos, o que

¹Disponível em:
<http://www.band.com.br/jornalismo/mundo/conteudo.asp?ID=274372>

² “‘terrorismo de estado’ foi criado para caracterizar governos ou regimes ditatoriais, autoritários ou totalitários em que direitos individuais ou de grupos são consciente e sistematicamente violados.”- disponível em <http://www.nao-til.com.br/nao-76/terrest.htm>

resgata o assunto do “Mapa da Paz”. Apoiado pelas potências imperialistas da década de 1990, o pedido para que Israel parasse com os numerosos assentamentos sendo construídos na época foi negado pelo governo israelense. Tudo isso embasa o discurso palestino de não aceitação dos assentamentos, e justifica a ajuda milionária que parceiros árabes concederam.

No dia 26 de Março foram concedidos US\$ 500 milhões por ministros árabes aos palestinos de Jerusalém, canalizados para trabalhos em construção de hospitais e escolas, decidido na Cúpula Árabe. Nas palavras das autoridades palestinas, este seria um “plano para salvar Jerusalém”. A tensão aumentou quando o secretário-geral da Liga Árabe, Amr Mussa, pronunciou que os Estados Unidos fracassaram na tentativa de conter a colonização israelense. “Não podemos mais aceitar a continuidade da colonização sob nenhuma forma” (Mussa, 2010, disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/> > acesso em 20/05/2010).

Ademais, para Mussa (2010), “as negociações com Israel neste momento são inúteis”, dando por entender que será necessário mais do que diplomacia para resolver o problema.

Mais uma manifestação veio dos governantes da Arábia Saudita, que pediram às grandes potências envolvidas no processo uma explicação pelo que eles denominaram de “política arrogante” de Israel, tendo em vista sua insistência em “desafiar a vontade internacional”.

Representantes dos Estados Unidos tentaram negociar o congelamento das obras, mas Israel julga que aquelas terras são apropriadas, e que Jerusalém é sua capital³, negando assim a paralisação. Essa decisão afetou o relacionamento entre os

governos desses Estados, o que não favorece a Israel no que tange à ajuda internacional, uma vez que os EUA são seus maiores aliados.

Visando uma melhoria nas relações bilaterais entre Israel e Estados Unidos, Benjamin Netanyahu foi se encontrar com Barack Obama, atual presidente norte-americano, a fim de apaziguar o que ficou comprometido pelas duras críticas do governo estadunidense. Netanyahu acredita ter conseguido alcançar seu objetivo, tendo em vista que ambas as partes propuseram novas possibilidades de reavivar acordos de paz entre Israel e palestinos⁴.

Mediante todas essas petições pelo congelamento das obras, julgando Israel como colonizador, o líder do governo israelense alegou na AIPAC (Organização Americana Pró-Israel) que “Jerusalém não é uma colônia. É nossa capital”, e que “O povo judeu construiu Jerusalém há 3 mil anos e o povo judeu constrói Jerusalém hoje” (Netanyahu, 2010, disponível em < <http://www.portalangop.co.ao/> > acesso em 20/05/2010) justificando a continuidade das obras.

Considerações finais

A decisão Israelense parece ser rígida o suficiente para suportar as duras críticas da comunidade internacional, e o primeiro ministro Benjamin Netanyahu acredita conseguir manter as relações bilaterais com os EUA, mesmo depois da aparente crise entre os dois países. Israel também ameaça aqueles que apoiarem às reivindicações palestinas, incitando um teatro que deve perdurar por muito tempo, e que está só no primeiro ato.

O governo de Israel alega estar ajudando sua população, que precisa de novos lares, novos espaços, mas as decisões aparentam ser meramente políticas, uma vez que

³ Decisão não reconhecida internacionalmente, mas a região foi conquistada durante a Guerra dos Seis Dias – Junho/1967

⁴ A Casa Branca não deu detalhes sobre as discussões.

aborda a questão territorial entre Israel e Palestina. Logo a situação chega a um novo nível de problema, quando se está ferindo a soberania de um Estado e envolve a população civil num conflito mais sério em potencial.

Aos olhos de analistas, a situação é clara e aparenta um passo firme em direção a um conflito de maiores escalas, se antes não forem tomadas decisões para conter os avanços israelenses.

Referência

Sites:

I informação:

<http://www.ionline.pt/>

Novojornal

<http://www.novojornal.com/>

BBC Internacional

<http://www.bbc.co.uk/>

Globo

<http://g1.globo.com/>

Uol Notícias

<http://noticias.uol.com.br/>

Folha

<http://www1.folha.uol.com.br/>

Palavras-chave: Israel, Jerusalém Oriental, Palestinos, 1600.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa
Prof^a. Liana Araújo Lopes

Membros: Bruna Monteiro da Fonseca; Celso Augusto de Freitas Filho; Clarice Moreira de Moraes; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Fernanda Nunes Costa Nacif; Fernando Corrêa dos Santos; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Pollyanna Reis Dias; Raíssa Pacheco Ayres Daher; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Victor Eduardo da Motta Nunes; Vinícius Tavares de Oliveira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: ci@pucminas.br website: